

Gerson F. de Arruda Júnior
José Marcos G. de Luna

A a) I.
FILOSOFIA b) II.
EM c) I e III.
QUESTÕES **d) II e IV.**
e) III e IV.

○ Enade 2011 de *Filosofia*

Soluções e Comentários das Questões
Específicas do Bacharelado em Filosofia



O ENADE proporciona ao professor repensar sua compreensão do processo de avaliação dentro de um novo marco no qual a coerência e a coesão se coloca em estreita sintonia face a relação: problema, texto de referência, contextualização e resposta. Dentro deste novo horizonte, no qual, a Filosofia após 04 avaliações do ENADE (2005, 2008, 2011 e 2014), se situa, eis que o Curso de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, através do esforço de seu corpo docente, especialmente nas pessoas dos Professores Gérson Júnior e José Marcos, nos apresenta sua contribuição, ao seu próprio corpo docente e discente, em especial, e a toda comunidade da filosofia, em geral, ao tornar pública este livro de questões, que enquanto subsídio didático-pedagógico será, com certeza, muito útil no dia-dia docente e discente.



editora fi
www.editorafi.org



A FILOSOFIA EM QUESTÕES

O Enade 2011 *de Filosofia*



SÉRIE SUBSÍDIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

DIRETORES DA SÉRIE:

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes Costa (UNICAP)
Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

COMITÊ EDITORIAL CIENTÍFICO:

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)
Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado R. M. Costa (UNICAP)
Prof. Dr. Degislando Nóbrega de Lima (UNICAP)
Prof. Dr. Georg Sans SJ (Hochschule für Philosophie/München)
Prof. Dr. Karl-Heinz Efken (UNICAP)
Prof. Dr. Joao Alberto Wohlfart (FABE)
Prof. Dr. José Pinheiro Pertille (UFRGS)
Prof. Dr. Junot Cornélio Matos (UFPE)
Prof. Dra. Maria da Conceição Bizerra (UNICAP)
Prof. Dr. Miguel Angel Rossi (UBA- Argentina)
Prof. Dr. Paulo Roberto Konzen (UNIR)
Prof. Dra. Conceição Gislâne Nóbrega Lima de Salles (UFPE)

Gerson F. de Arruda Júnior
José Marcos G. de Luna

A FILOSOFIA EM QUESTÕES

O Enade 2011 *de Filosofia*

Soluções e Comentários das Questões
Específicas do Bacharelado em Filosofia

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

A regra ortográfica usada foi prerrogativa de cada autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

SÉRIE SUBSÍDIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS - 1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

JÚNIOR, Gerson F. de Arruda; LUNA, José Marcos G. de.

A filosofia em questões: o Enade 2011 de filosofia. [recurso eletrônico] / Gerson F. de Arruda Júnior; José Marcos G. de Luna -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. 66 p.

ISBN - 978-85-5696-075-7

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Enade. 2. Prova. 3. Avaliação. 4. Comentário. 5. Educação. I. Título. II. Série.

CDD-100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

SUMARIO

APRESENTAÇÃO	9
---------------------------	----------

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado R. M. Costa - UNICAP

QUESTÃO 09 (ENADE/2011)	11
QUESTÃO 10 (ENADE/2011)	12
QUESTÃO 11 (ENADE/2011)	14
QUESTÃO 12 (ENADE/2011)	16
QUESTÃO 13 (ENADE/2011)	17
QUESTÃO 14 (ENADE/2011)	20
QUESTÃO 15 (ENADE/2011)	22
QUESTÃO 16 (ENADE/2011)	23
QUESTÃO 17 (ENADE/2011)	25
QUESTÃO 18 (ENADE/2011)	27
QUESTÃO 19 (ENADE/2011)	28
QUESTÃO 20 (ENADE/2011)	30
QUESTÃO 21 (ENADE/2011)	32
QUESTÃO 22 (ENADE/2011)	34
QUESTÃO 23 (ENADE/2011)	36
QUESTÃO 24 (ENADE/2011)	39
QUESTÃO 25 (ENADE/2011)	41
QUESTÃO 26 (ENADE/2011)	43
QUESTÃO 27 (ENADE/2011)	45
QUESTÃO 28 (ENADE/2011)	47
QUESTÃO 29 (ENADE/2011)	49
QUESTÃO 30 (ENADE/2011)	51
QUESTÃO 36 (ENADE/2011)	52
QUESTÃO 37 (ENADE/2011)	54
QUESTÃO 38 (ENADE/2011)	56
QUESTÃO 39 (ENADE/2011)	58
QUESTÃO 40 (ENADE/2011)	59

BIBLIOGRAFIA	62
---------------------------	-----------

APRESENTAÇÃO

O Exame Nacional de desempenho de Estudantes – ENADE, coloca-se junto as disciplinas, as atividades complementares E a monografia como um componente curricular obrigatório. Sua especificidade centra-se na intenção de avaliar a aprendizagem de modo global, correlacionando os saberes específicos do curso às exigências de compreensão da realidade circundante.

As estratégias pretendidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação foram num primeiro momento recebidas pela comunidade acadêmica como um mero mecanismo de mensuração e certificação de padrões internacionais de qualidade ou desempenho, o que parece já ser, em certa medida, uma compreensão superada do ENADE.

Processos como a globalização dos saberes e do acesso aos métodos, modos e estratégias pedagógicas permitem assumir o ENADE como mais um componente de verificação da qualidade da aprendizagem que não exclui, mas complementa as avaliações por disciplina, as auto-avaliações institucionais, as avaliações de cursos etc.

O Exame Nacional de desempenho de Estudantes – ENADE apresenta-se atualmente como uma importante ferramenta para a avaliação do desenvolvimento das habilidades e competências dos discentes, ao mesmo tempo, que se apresenta ao corpo docente como um importante índice de autoavaliação.

O ENADE proporciona ao professor repensar sua compreensão do processo de avaliação dentro de um novo marco no qual a coerência e a coesão se coloca em estreita sintonia face a relação: problema, texto de referência, contextualização e resposta.

Dentro deste novo horizonte, no qual, a Filosofia após 04 avaliações do ENADE (2005, 2008, 2011 e 2014),

se situa, eis que o Curso de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, através do esforço de seu corpo docente, especialmente nas pessoas dos Professores Gérson Júnior e José Marcos, nos apresenta sua contribuição, ao seu próprio corpo docente e discente, em especial, e a toda comunidade da filosofia, em geral, ao tornar pública este livro de questões, que enquanto subsídio didático-pedagógico será, com certeza, muito útil no dia-dia docente e discente.

Com este livro, o Curso de Filosofia e o Centro de Teologia e Ciência Humanas da Universidade Católica de Pernambuco se colocam no protagonismo próprio daqueles que assumem como missão preservar, elaborar e transmitir o conhecimento. Por fim, espera-se que este seja o primeiro de uma série de muitos outros.

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado R. M. Costa - *UNICAP*

Questão 09 (Enade/2011)

No que toca à justiça e à injustiça, devemos considerar:

1. com que espécie de ações se relacionam elas;
2. que espécie de meio-termo é a justiça; e
3. entre que extremos o ato justo é intermediário. Nossa investigação se processará dentro das mesmas linhas que as anteriores.

(ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, livro V, 1129 a).

Considerando a justiça como uma das virtudes fundamentais da ética aristotélica, avalie as afirmações a seguir.

- I. A noção de justiça presume a proporcionalidade, a equidade e a reciprocidade entre os cidadãos.
- II. Aristóteles compreende a justiça como uma disposição de caráter para desejar o que é agradável para a alma.
- III. A justiça distributiva trata da distribuição igualitária dos bens entre cidadãos de uma cidade-Estado democrática.
- IV. A justiça corretiva trata dos casos relacionados às trocas comerciais entre os cidadãos, intermediados por um juiz ou árbitro.
- V. As relações entre justiça e injustiça se relacionam ao agente voluntário, que conhece tanto a pessoa a quem atinge com o seu ato como o instrumento que usa.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I, II e V.**
- c) I, III e IV.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

RESPOSTA COMENTADA:

No livro *V da Ética a Nicômaco*, Aristóteles considera:

- que a justiça, como as demais virtudes, é uma espécie de "meio-termo" entre extremos;
- sendo uma virtude, a justiça é uma disposição de caráter que, estando em função da produção e preservação da felicidade, sempre busca o que é agradável para a alma (1129b);
- sendo um "meio-termo", a justiça pressupõe a proporcionalidade, que implica em considerar a justiça como aquilo que é equitativo, ou seja, nem mais nem menos (1131a);
- há duas espécies de justiça: a distributiva e a corretiva. A justiça distributiva deve ser regida pelo princípio: "de acordo com o mérito de cada um" (1131a), Isto é, dado que as pessoas são diferentes, de modo algum poderá haver a distribuição igualitária dos bens. Já a justiça corretiva trata de todas as transações entre os homens, e não somente das trocas comerciais. Só quando ocorrem disputas é que é necessária a mediação de um juiz (1131b - 1132a);
- o que determina se um ato é justo ou injusto é o caráter voluntário do agente, que deve ter conhecimento da pessoa a quem o ato está sendo dirigido bem como os meios utilizados para a execução do ato (1135b - 1136a).

Assim, são verdadeiros os itens (I), (II), (V), e falsos os itens (III) e (IV). O item (III) é falso porque não se pode ter distribuição igualitária para pessoas diferentes; e o item (IV) é falso porque a justiça corretiva trata de todas as transações entre os homens e não somente das trocas comerciais e só recorrem ao juiz quando há disputas entre as partes.

Questão 10 (Enade/2011)

Considere as tabelas I e II a seguir.

P	Q	$P \vee Q$
V	V	V
V	F	V

F	V	V
F	F	F

Tabela I. Tabela de verdade

P	Q	P & Q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Tabela II. Tabela de verdade

A partir das tabelas, analise as afirmações abaixo.

- I. Será verdadeira a disjunção que tem os dois membros verdadeiros.
- II. Em uma disjunção falsa, os disjuntos podem assumir valores lógicos diferentes.
- III. Basta que um conjunto seja verdadeiro para que a conjunção seja verdadeira.
- IV. As duas tabelas de verdade assumem os mesmos valores em todas as possibilidades lógicas.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

RESPOSTA COMENTADA:

Eis uma questão de lógica proposicional. Para respondê-la, o aluno precisará saber as regras lógicas que estabelecem os valores de verdade de proposições ligadas pelos conectivos lógicos da disjunção (tabela I acima) e da conjunção (tabela II acima).

Como pode ser verificado, a disjunção será falsa se, e somente se, as duas proposições que a compõem forem falsas. Se um dos membros for verdadeiro, a disjunção será verdadeira. Já a conjunção será verdadeira se, e somente se, as duas proposições que a compõem forem verdadeiras. Se um dos membros da conjunção for falso, a conjunção será falsa. Assim:

- o item I está correto, porque basta um dos membros da disjunção ser verdadeiro para que a disjunção seja verdadeira;
- o item II é falso porque uma disjunção só será falsa se as proposições que a compõem foram falsas. Portanto, elas não podem assumir valores lógicos diferentes;
- o item III é falso porque para que uma conjunção seja verdadeira os seus dois membros têm que ser verdadeiros;
- o item IV é falso porque as duas tabelas de verdade não assumem os mesmos valores em todas as possibilidades lógicas.

Questão 11 (Enade/2011)

Com efeito, que nos diz a experiência? Ela nos mostra que a vida da alma ou, se se quiser, a vida da consciência, está ligada à vida do corpo, que há solidariedade entre eles e nada mais. Mas este ponto jamais foi contestado, e há uma grande distância entre isto e a afirmação de que o cerebral é o equivalente do mental, que poderíamos ler no cérebro tudo o que se passa na consciência correspondente. A consciência está incontestavelmente acoplada a um cérebro, mas não resulta de nenhum modo disto que o cérebro desenhe todos os detalhes da consciência, nem que a consciência seja uma função do cérebro.

(BERGSON, H. **A alma e o corpo**. In: *Coleção Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 86-7.)

De acordo com o pensamento de Henri Bergson, a relação existente entre a alma e o corpo é a de equivalência

PORQUE

há mais atividade na consciência humana que no cérebro correspondente.

Acerca dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
- d) primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.**
- e) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (d), pois somente a segunda das duas asserções feitas sobre o pensamento de Bergson é verdadeira. De fato, para Bergson a relação entre alma e corpo não é de equivalência, uma vez que a consciência é irreduzível a qualquer forma de mecanicismo físico. Na consciência o eu vive o presente com a memória do passado e pode antecipar o futuro. Desse modo, a atividade da consciência foge a todo e qualquer determinismo, ela vai além das ações mecânicas do cérebro.

Por conseguinte:

- o que (a) afirma não é correto, tanto por assumir que as duas asserções são verdadeiras, quanto por assumir que a segunda justifica a primeira;*
- o que (b) afirma não é correto por assumir que as duas asserções são verdadeiras;*
- o que (c) afirma não é correto, por inverter os valores de verdade das asserções;*

- o que (e) afirma não é correto por assumir que as duas asserções são falsas quando, na verdade, apenas a primeira é falsa.

Questão 12 (Enade/2011)

Em Política II, Aristóteles opõe-se vigorosamente à teoria platônica da República, precisamente porque a cidade aí é considerada como indivíduo; se fosse possível realizar tal redução, não seria preciso fazê-lo: aniquilaríamos a cidade. A *polis* não é indivíduo, é comunidade; a diferença é clara: indivíduo vivo é um composto cujas partes permanecem em potência, uma comunidade é pluralidade cujas partes ou elementos estão em ato.

(VERGNIÈRES, S. **Ética e Política em Aristóteles**: Physis, Ethos, Nomos. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003. p. 301).

Na obra **A Política**, de Aristóteles, a cidade (*polis*) é

- a) reunião de indivíduos e comunidade natural.
- b) aglomeração de habitantes e sociedade civil.
- c) associação de pessoas e comunidade econômica.
- d) organização hierarquizada e comunidade política.**
- e) conjunto de pessoas e comunidade ética e política.

RESPOSTA COMENTADA:

Na obra "Política", Aristóteles trata de conceitos-chave do seu entendimento acerca do funcionamento da Pólis. Nessa obra, ele não só discute sobre a questão da composição da cidade, da escravatura, da família e das riquezas, como também dos diferentes regimes políticos existentes e a melhor forma de se governar.

Diferentemente de Platão, Aristóteles considera a cidade como um organismo social e moral, no qual o homem, um ser político por natureza, desempenha funções específicas. Essas funções não são iguais e atendem a uma hierarquia social, naturalmente estabelecida,

tanto no âmbito privado (por exemplo, família) como no âmbito público. Sendo um organismo, a cidade não pode ser uma mera reunião, aglomeração, conjunto ou associação de pessoas ou indivíduos.

A cidade é um organismo "organizado" e é só no exercício mútuo de uma organização hierárquica que uma cidade pode ser considerada uma "Pólis".

*Assim, a resposta certa é a letra (d), pois a visão aristotélica de cidade é, de fato, uma **organização hierarquizada e comunidade política**.*

Estão erradas as respostas dadas nas letras:

(a), porque a cidade, embora possa ser concebida como uma comunidade natural, não é de modo algum uma mera reunião de indivíduos;

(b), porque aglomeração de habitantes não forma uma cidade, e nem a cidade pode ser reduzida à sociedade civil;

(c), porque a polis nunca foi definida por Aristóteles como uma comunidade econômica e muito menos por uma associação de pessoas;

(e) porque a cidade, embora possa ser concebida como uma comunidade ética e política, não é de modo algum um conjunto de pessoas.

Questão 13 (Enade/2011)

Assim, pois, a inteligência de Deus constitui a medida de tudo, não podendo, porém, ser medida ou comensurada por ninguém e por nada, ao passo que as coisas da natureza são ao mesmo tempo comensurantes e comensuradas. Ao contrário, a nossa inteligência é comensurada; é também comensurante, não porém em relação às coisas criadas, mas em relação aos produtos do engenho humano. Portanto, o objeto natural está colocado entre duas inteligências e se denomina verdadeiro segundo a sua conformidade com ambas. Segundo a conformidade com a inteligência divina, a coisa criada se denomina verdadeira, na medida em que

cumpra a função para a qual foi destinada pela inteligência divina. Segundo a conformidade com a inteligência humana, a coisa criada se denomina verdadeira, na medida em que é apta a fornecer por si mesma uma base para um julgamento correto.

(AQUINO, T. **Questões discutidas sobre a verdade**. In: Sto Tomás de Aquino/Dante Alighieri/John Duns Scot/William of Ockam. 1. ed. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores). p. 23-59).

Considerando o trecho acima, em que Tomás de Aquino discute a questão da verdade, analise as afirmações abaixo.

- I. A inteligência humana é a medida das coisas criadas.
- II. A medida de nossa inteligência são as coisas da natureza.
- III. A conformidade do objeto natural com a inteligência divina é posterior à conformidade com a inteligência humana.
- IV. A conformidade do objeto natural com a inteligência divina é anterior à conformidade com a inteligência humana.
- V. A conformidade do objeto natural com a inteligência divina é simultânea à conformidade com a inteligência humana.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.**
- d) II e V.
- e) III e V.

RESPOSTA COMENTADA:

A obra "As Questões Disputadas Sobre a Verdade" reúne um conjunto de questões debatidas por Tomás de Aquino acerca do tema da Verdade. A obra é estruturada e organizada a partir do método de debate, o escolástico, usualmente utilizado no âmbito acadêmico do século XIII. O excerto citado acima é extraído do artigo segundo da referida obra, e é o final da resposta tomista à questão de saber se a verdade é encontrada primeiramente na inteligência ou nas coisas.

Um dos aspectos tratado por Tomás de Aquino em sua resposta é a distinção entre a relação do objeto a ser conhecido com o próprio conhecimento desse objeto. Para ele, uma é a relação que o objeto tem com o conhecimento prático e outra a que ele tem com o conhecimento teórico. O conhecimento prático causa as coisas e, por isso mesmo, constitui a medida das coisas que vêm a ser por obra dele. Por outro lado, e de acordo com a epistemologia tomista, o conhecimento teórico recebe o seu conteúdo das coisas da natureza por meio da experiência. Lembremo-nos de que para ele "não há nada no intelecto que não tenha passado pelos sentidos". Sendo assim, pelo fato de a nossa inteligência haurir o seu conhecimento das coisas da natureza, são elas que constituem a medida do nosso intelecto.

Há que se destacar ainda a relação entre as coisas da natureza e as inteligências divina e humana. As coisas da natureza estão colocadas diante das inteligências humana e divina, e são verdadeiras segundo a sua conformidade com ambas as inteligências:

- (a) com a inteligência divina, as coisas criadas são verdadeiras na medida em que cumpre a função para a qual foi destinada pela inteligência divina;
- (b) com a inteligência humana, as coisas criadas são verdadeiras na medida em que é apta a fornecer por si mesma uma base para um julgamento correto.

A conformidade das coisas criadas com a inteligência divina é anterior à conformidade com a mente humana, dado que a inteligência de Deus constitui a medida de tudo e, como tal, não pode ser medida ou comensurada por ninguém e por nada;

Assim:

- O item (I) é falso porque a inteligência divina e não a humana é a medida de todas as coisas;
- O item (II) é verdade porque as coisas da natureza comensura a inteligência humana. De acordo com os fundamentos da epistemologia tomista, o intelecto recebe o seu conteúdo das coisas da natureza. Nesse sentido, tais coisas são a medida de nossa inteligência;
- o item (III) é falso porque nada é anterior à inteligência divina;
- o item (IV) é verdadeiro porque a conformidade das coisas criadas com a inteligência divina é anterior à conformidade com a mente humana, dado que a inteligência de Deus constitui a medida de tudo;
- o item (V) é falso pelas mesmas razões do item (IV).

Questão 14 (Enade/2011)

Ser bom, quando se pode, é um dever e, ademais, existem certas almas tão capacitadas para a simpatia que, mesmo sem qualquer motivo de vaidade ou de interesse, elas experimentam uma satisfação íntima em irradiar alegria em torno de si e vivem o contentamento de outrem, na medida em que ele é obra sua. Mas eu acho que, no caso de uma ação desse tipo, por mais de acordo com o dever e mais amável que seja, não possui, porém, verdadeiro valor moral, já que ela se coloca no mesmo plano de outras inclinações, a ambição, por exemplo, que, quando coincide com o que realmente está de acordo com o interesse público e o dever, com o que, por conseguinte, é honorável, merece louvor e encorajamento, mas não respeito, pois falta a essa máxima o valor moral, isto é, o fato de que essas ações sejam feitas não por inclinação, mas por dever.

(KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. In: VERGEZ, A.; HUISMAN, D. História dos filósofos ilustrada pelos textos. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, p. 269, 1984).

Tendo como referência esse texto, avalie as asserções que se seguem.

Dar uma esmola ou pagar uma refeição para um mendigo na rua, motivados apenas pela felicidade que sentimos quando ajudamos pessoas em tal estado, é uma ação desprovida de valor moral,

PORQUE,

para Kant, somente a ação ditada unicamente pelo dever, isenta da influência de qualquer outra motivação, é que possui valor moral.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.

d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.

e) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (a), pois as duas asserções feitas sobre o pensamento moral de Kant estão corretas e a segunda justifica corretamente a primeira. De fato, segundo Kant, qualquer ação realizada por razões práticas é desprovida de valor moral. Somente as ações realizadas pelo imperativo categórico do dever têm valor moral, pois somente a razão determina se uma ação é boa ou má sem apelar para desejos e interesses pessoais.

Por conseguinte:

- o que (b) afirma não é correto por negar que a segunda asserção justifica a primeira;
- o que (c) afirma não é correto por assumir que a segunda asserção é falsa;
- o que (d) afirma não é correto por assumir que a primeira asserção é falsa;
- o que (e) afirma não é correto por assumir que as duas asserções são falsas.

Questão 15 (Enade/2011)

Um professor afirma que o filósofo X é um grande pensador cuja obra é mais relevante que a do filósofo Y porque as pessoas que têm realmente conhecimento do que é a filosofia preferem o filósofo X. Em seguida, ao responder a dúvida de um aluno a respeito das pessoas que teriam realmente conhecimento do que é a filosofia, afirma que elas podem ser identificadas por preferirem o pensador X ao Y.

Este é um exemplo de raciocínio circular, ao qual se convencionou chamar de petição de princípio, e é caracterizado por ser formalmente

- a) inválido e falso.
- b) inválido e incapaz de estabelecer a verdade de sua conclusão.
- c) inválido, mas capaz de estabelecer a verdade de sua conclusão.
- d) válido e capaz de estabelecer a verdade de sua conclusão.
- e) válido, mas incapaz de estabelecer a verdade de sua conclusão.**

RESPOSTA COMENTADA:

Um argumento é um conjunto de proposições das quais uma delas (a conclusão) é derivada logicamente das demais (premissas). Quando ocorre essa derivação lógica dizemos que o argumento é válido. Um argumento inválido ocorre, portanto, quando a conclusão não é logicamente derivada das premissas.

O raciocínio circular ou a petição de princípio é uma falácia que ocorre quando se assume como premissa a própria conclusão que se deseja provar. Em qualquer argumento que se utilize desse recurso falacioso, a conclusão afirmará somente o que foi declarado nas premissas. Isso é suficiente para admitir que o argumento será de certa forma válido. Porém, embora perfeitamente válido, não é possível estabelecer a verdade da sua conclusão.

Questão 16 (Enade/2011)

Na eternidade nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente. Esse tal verá que o passado é impelido pelo futuro e que todo o futuro está precedido de um passado, e todo passado e futuro são criados e dimanam d'Aquele que sempre é presente. Quem poderá prender o coração do homem, para que pare e veja como a eternidade imóvel determina o futuro e o passado, não sendo nem passado nem futuro?

(AGOSTINHO. **Confissões**, livro XI, cap. 11, ed. Vozes, p. 276).

Considerando o texto agostiniano, avalie as afirmações a seguir.

- I. A eternidade não é perpetuidade, a extensão indefinida do tempo entre o passado e o futuro.
- II. A eternidade é impossível de ser pensada pelos homens, por serem limitados pelo tempo.
- III. A eternidade é o que absolutamente não passa, não muda, permanecendo idêntica a si mesma.

IV. A eternidade é a medida do tempo, por ser este finito e limitado por aquela.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e III.**
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

RESPOSTA COMENTADA:

A questão gira em torno da distinção agostiniana entre tempo e eternidade. Para Agostinho, o tempo é dividido em presente, passado e futuro, mas nunca é todo presente, ou todo passado, ou todo futuro. O passado, passando, dá lugar ao presente; este, passando, dá lugar ao futuro. O passado é impelido pelo futuro; o futuro é sempre precedido por um passado; e entre os dois, encontramos o presente. A eternidade é muito diferente. Ela não tem divisão nem medida. É toda presente. Tempo e eternidade podem ser pensados pelos homens, mas a eternidade não poderá ser plenamente compreendida por eles nessa vida terrena.

Assim, são verdadeiros os itens I e III, apenas.

- O item (I) porque a eternidade realmente não tem qualquer extensão, ainda que indefinida.
- O item (III) porque não há mudança na eternidade. Nela "nada passa".

São falsos II e IV.

- O item (II) é falso porque tanto o tempo quanto a eternidade podem ser pensados pelo homem;
- O item (IV) é falso porque a eternidade não é a medida do tempo e, por isso mesmo, o tempo não é limitado por ela.

Questão 17 (Enade/2011)

O existencialismo ateu, que eu represento, é mais coerente. Declara ele que, se Deus não existe, há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por qualquer conceito, e que este ser é o homem ou, como diz Heidegger, a realidade humana. Assim, não há natureza humana, visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência: o homem não é mais que o que ele faz. Assim, o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade de sua existência.

(SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Trad. de Virgílio Ferreira et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 6).

Com base no texto e nos conhecimentos acerca da concepção de condição humana no pensamento de Sartre, avalie as alternativas que se seguem.

I. A natureza humana é elemento constitutivo da condição humana e oculta, ao mesmo tempo, o sentimento de opressão e o movimento de dignificação que faz o homem tomar consciência de sua liberdade.

II. A condição humana manifesta a importância da responsabilidade, que é indispensável à realização da nossa existência.

III. A condição humana traduz a natureza humana, na medida em que esta é a que dá o impulso para a existência.

IV. A noção de “projeto” e a conseqüente ação que a “ética da responsabilidade” implica expressam os fundamentos da condição humana.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) I e III.
- d) II e IV.**
- e) III e IV.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (d), pois somente as asserções (II) e (IV) são verdadeiras, as asserções (I) e (III) são falsas. Como se sabe, para Sartre não existe uma natureza humana anterior à existência. No ser humano, a existência precede a essência. Cada pessoa é aquilo escolhe ser. Ela é as suas escolhas. Assim, o ser humano (e somente ele) é responsável pelo que escolhe. Sua escolha o engaja, ao escolher ele faz uma escolha humana e com isso “autoriza” que todo ser humano pode fazer o mesmo.

Por conseguinte:

- o que (a) afirma não é correto por assumir que (I) é verdadeira quando, na verdade, (I) e (III) são falsas;
- o que (b) afirma não é correto por assumir que apenas (II) é verdadeira quando, na verdade, (II) e (IV) são verdadeiras;
- o que (c) afirma não é correto por assumir que (I) e (III) são verdadeiras quando, na verdade, elas são falsas;
- e o que (e) afirma não é correto por assumir que (III) e (IV) são verdadeiras quando, na verdade, (II) e (IV) é que são verdadeiras, e (I) e (III) são falsas.

Questão 18 (Enade/2011)

O homem possui a capacidade de construir linguagens com as quais se pode exprimir todo sentido, sem fazer ideia de como e do que cada palavra significa – como também falamos sem saber como se produzem os sons particulares. A linguagem corrente é parte do organismo humano, e não menos complicada que ele. É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem. A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. [...] A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contrassensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contrassenso. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem.

(WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**.

Tradução, apresentação e ensaio introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1993).

Com base no texto acima, é correto afirmar que

- a) a filosofia, no *Tractatus*, é entendida como um domínio privilegiado da análise lógica do pensamento humano.
- b) Wittgenstein dá um valor especial à análise, entendendo-a como um modo correto de revelar a estrutura da lógica da linguagem.**
- c) a análise filosófica da linguagem coincide com a forma lógica da linguagem.
- d) as proposições filosóficas são falsas e sem sentido.
- e) a linguagem expressa claramente o pensamento.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (b), pois, no Tractatus, Wittgenstein considera a filosofia como uma crítica da linguagem. Segundo ele, há uma isomorfia entre a forma lógica da linguagem e a forma do mundo e o papel da análise filosófica é revelar a verdadeira forma da linguagem. Uma vez que para ele o pensamento representa projetivamente o mundo, de modo que cada elemento da linguagem corresponde a um elemento do mundo, a análise da forma lógica da linguagem mostra o que não faz sentido ser pensado. De fato, nem todas as representações que fazemos têm sentido, muitas são sem sentido e outras até são absurdas (Cf. TLP. 4.003).

Por conseguinte:

- *o que (a) afirma não é correto por assumir que, no Tractatus, a filosofia é entendida como um domínio privilegiado da análise lógica do pensamento quando, na verdade, ela é análise da estrutura lógica da linguagem (Cf. TLP. 4.0031);*
- *o que (c) afirma não é correto por assumir que a análise filosófica coincide com a forma lógica quando, na verdade, a análise filosófica é atividade esclarecedora e a forma lógica é aquilo que a proposição tem em comum com o fato representado (Cf. TLP. 2.17);*
- *o que (d) afirma não é correto por asserir uma contradição, pois como o Tractatus assume que as proposições da filosofia são sem sentido, dizer que elas são falsas é contraditório;*
- *e o que (e) afirma não é correto por assumir que a linguagem expressa claramente o pensamento quando, na verdade, o Tractatus considera a linguagem um traje que disfarça o pensamento (Cf. TLP. 4.002)*

Questão 19 (Enade/2011)

A importante corrente filosófica contemporânea conhecida como Empirismo Lógico foi alvo de duras críticas por parte de filósofos como K. Popper e W. Quine. Guardadas as devidas diferenças teóricas entre esses dois filósofos, qual o ponto comum de suas críticas?

- a) A crítica da distinção, ainda sustentada pelos empiristas, entre enunciados analíticos e sintéticos.
- b) O combate à tese empirista de que toda teoria ou proposição significativa poderia ser logicamente reduzida a enunciados elementares da experiência, assim como a crença, que lhe está associada, na existência de uma demarcação natural entre metafísica e ciência natural.**
- c) O estatuto que os empiristas conferem à Epistemologia, tratando-a ainda como “Filosofia Primeira”.
- d) A confusão que os empiristas fazem entre Epistemologia e psicologia do conhecimento.
- e) A maneira com que os empiristas lançavam mão do método dedutivo em seus enunciados.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (b), pois, resguardadas as devidas diferenças nas críticas feitas por Popper e Quine ao Empirismo Lógico, a rejeição à tese de que toda teoria ou proposição com sentido pode ser reduzida a proposições elementares da experiência, bem como à ideia de que há uma demarcação natural entre ciência empírica e metafísica é, de fato, comum aos dois filósofos.

Popper criticou o princípio da verificabilidade assumido pelo Empirismo Lógico e adotou o princípio da falseabilidade como critério de demarcação entre teorias científicas e teorias não-científicas. Rejeitou também a ideia de que as proposições das teorias metafísicas são sem sentido e assumiu que elas são racionais, significativas e respondem a problemas filosóficos tanto quanto as proposições científicas respondem a problemas científicos.

Quine também reage às posições do Empirismo Lógico atacando o que chama de “os dois dogmas do empirismo”. O primeiro deles é o dogma da distinção entre verdades analíticas e verdades sintéticas. E o segundo é o dogma do reducionismo, isto é, o dogma da tese de que toda proposição ou teoria significativa pode ser traduzida em proposições da experiência imediata. Se esse fosse o caso, sustenta

Quine, seria possível confirmar ou negar uma proposição isoladamente das outras. Mas nossas proposições sobre o mundo externo não se submetem ao tribunal da experiência sensível isoladamente e sim como um conjunto sólido. Uma proposição só é significativa na interior de uma teoria, não isoladamente.

Por conseguinte:

- o que (a) afirma não é correto, pois a crítica à distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos não é comum aos dois filósofos, mas apenas a Quine;
- o que (c) afirma não é correto, pois a posição empirista que trata a Epistemologia como “Filosofia Primeira” também não é um ponto comum na crítica de Popper e Quine ao Empirismo Lógico;
- o que (d) afirma não é correto, pois a relação entre Epistemologia e psicologia foi tratada com grande atenção por Quine, mas não por Popper.
- e o que (e) afirma não é correto porque o método dedutivo não era o método dos empiristas e sim de Popper.

Questão 20 (Enade/2011)

Julgamos conhecer cientificamente cada coisa, de modo absoluto e não, à maneira sofística, por acidente, quando julgamos conhecer a causa pela qual a coisa é, que ela é a sua causa e que não pode essa coisa ser de outra maneira. Uma vez que é impossível ser de outra maneira aquilo de que há ciência, em sentido absoluto, será necessário o que é conhecido segundo a ciência demonstrativa.

(ARISTÓTELES. **Segundos Analíticos**, livro I, cap. 2, 71b9-12 e livro I, cap. 4, 73a21-23. Trad. Oswaldo Porchat. Ciência e Dialética em Aristóteles, p. 35-36).

Considerando o texto aristotélico, analise as afirmações a seguir.

I. Causalidade e necessidade são dois elementos fundamentais do conhecimento que se pretende demonstrativo.

II. O conhecimento que parte dos acidentes é também um conhecimento necessário.

III. O conhecimento de algo não é necessariamente o conhecimento da sua causa, mas tão somente da sua essência.

IV. Somente se diz conhecimento científico daquilo que é conhecido demonstrativamente.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e IV.**
- d) II e III.
- e) III e IV.

RESPOSTA COMENTADA:

De acordo com os pressupostos assumidos pelo realismo aristotélico, conhecer cientificamente uma coisa é apreender a causa pela qual essa coisa é. Contudo, a causa aqui envolvida é a causa pela qual a coisa é e não pode ser de outra maneira. Trata-se, portanto, de conhecer a causa necessária pela qual a coisa é. Nesses termos, a causalidade e a necessidade são elementos definidores da concepção aristotélica de conhecimento científico.

Para Aristóteles, dizer qual é a causa necessária do ser de uma coisa é dizer se ela é: verdadeira (corresponda aos fatos), necessária (não pode ser diferente), universal (válida para todos os objetos e todos os tempos – eterna). Por ser um conhecimento verdadeiro, necessário e universal, o conhecimento científico é um conhecimento demonstrativo porque válido, verdadeiro, necessário e universal. O conhecimento científico é o conhecimento em sentido absoluto. Esse "modo absoluto" de conhecer contrasta com o tipo de conhecimento por acidente, defendido pelos sofistas.

Assim, são verdadeiros os itens (I e IV):

- O item (I) é verdadeiro porque a causalidade e a necessidade são elementos definidores da concepção aristotélica de conhecimento científico;
- O item (IV) é verdadeiro porque por ser um conhecimento verdadeiro, necessário e universal, o conhecimento científico é um conhecimento demonstrativo porque válido, verdadeiro, necessário e universal.

Já os itens (II) e (III) são falsos:

- O item (II) é falso porque o que é conhecido por acidente não é necessário, uma vez que poderia ser de outro modo;
- O item (III) é falso porque o conhecimento de que se trata é o conhecimento do que a coisa é (sua essência) pela causa que a faz ser o que é e não outra coisa. Conhecer a causa é, portanto, necessário para o conhecimento científico.

Questão 21 (Enade/2011)

Os filósofos medievais que conceberam os universais como sendo entes reais, subsistentes em si, e afirmavam a perfeita adequação entre conceitos universais e a realidade são chamados de realistas

PORQUE

foram diretamente influenciados pelo neoplatonismo, cuja concepção metafísica fundamenta-se no estudo da realidade compreendida como manifestação de Deus.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa da primeira

c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.

d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.

e) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

RESPOSTA COMENTADA:

Em síntese, podemos dizer que o problema dos universais trata da suposta relação ontológica que existe entre as essências universais e as coisas existentes na realidade; entre as palavras proferidas e os objetos da realidade; entre o pensamento e o ser (real); entre as ideias e a realidade. No período medieval, há basicamente três respostas ao problema dos universais:

- (a) O nominalismo, defendido por filósofo como Roscelino, negava qualquer possibilidade da existência das essências universais. Ao admitir que era impossível a atribuição de qualquer valor ontológico aos universais, os nominalistas afirmavam que os conceitos universais não são reais, nem têm nenhum valor de semântica, nem mesmo possui algum valor de predicação ao se referir à realidade. Consideravam assim, os universais como puras “abstrações totais”, o que implica dizer que todas as coisas existentes são realidades particularizadas, isto é, tudo existe apenas enquanto particularidade.

- (b) O realismo, cujo maior defensor, nesse período, é Guilherme de Champeaux, defende que os universais possuem existência ontológica real, ou seja, são res, realidades metafísicas universais, cuja existência é prévia e anterior às coisas particulares. Tudo o que é particular tem o seu fundamento nos universais: é impossível entender qualquer coisa particular isoladamente, pois essa ficará sem fundamento. O que dá sustentação à realidade particular das coisas existentes é o fundamento ontológico dessas particularidades, que está contido nas realidades ontológicas universais. Essa linha realista de resposta ao problema dos universais está alicerçada na concepção platônica da existência do mundo das ideias, das essências dos universais.

- (c) O *conceptualismo*, defendido por Pedro Abelardo, para quem os universais são estruturas lógico-linguísticas responsáveis pela mediação da significação entre o mundo das ideias, dos pensamentos, das palavras, dos universais, e o mundo do ser, da realidade, das coisas, do particular. A realidade dos universais está na sua capacidade de ser predicável de muitos sujeitos, não sendo realidades ontológicas, mas apenas existentes na relação semântica de significação.

Diante disso:

- a primeira asserção da questão em apreço é verdadeira porque a posição realista defende que, de fato, os universais são entes reais, subsistentes em si, e que se adéquam à realidade no sentido de fundamentarem as coisas particulares que nela se encontram.

- a segunda asserção é falsa por dois motivos: (1) porque a influência da resposta realista ao problema dos universais se dá diretamente do platonismo e não do neoplatonismo, e (2) porque a influência se dá a partir do conceito de mundo das ideias e não da concepção da metafísica neoplatônica.

Assim, a resposta correta à questão proposta é a letra (c).

(a) e (b) estão erradas porque a segunda asserção é falsa;

(d) e (e) estão erradas porque a primeira asserção da questão é verdadeira.

Questão 22 (Enade/2011)

Concedei, Senhor, que eu perfeitamente saiba se primeiro Vos deva invocar ou louvar, se, primeiro, Vos deva conhecer ou invocar. E como invocarei o meu Deus – meu Deus e meu Senhor –, se, ao invocá-LO, O invoco sem dúvida dentro de mim? E que lugar há em mim, para onde venha o meu Deus, para onde possa descer o Deus que fez o céu e a terra? Pois será possível – Senhor meu Deus – que se oculte em mim alguma coisa que Vos possa conter? E verdade que o céu e a terra que criastes e no meio dos quais me criastes, Vos encerram?

(AGOSTINHO. **Confissões**, livro I, cap. I e cap. II, ed. Vozes, p. 23 e 24).

O texto agostiniano citado apresenta o seguinte problema.

- a) A busca de Deus se volta para a interioridade do homem, mas apenas de modo metafórico, pois é impossível o limitado conter o ilimitado.
- b) Sua condição de cristão e pecador gera angústias sobre o seu destino e seu distanciamento do Criador, donde a impossibilidade de alcançá-lo.
- c) O problema filosófico consiste em buscar o Criador a partir das coisas exteriores, *do céu e da terra*, para depois chegar ao homem.
- d) A aproximação ao Criador implica busca, peregrinação para os lugares onde sua manifestação é mais palpável e perceptível.
- e) A busca de Deus, que se confunde com a busca da verdade, é um voltar-se para si mesmo, num duplo movimento de chamamento e procura.**

RESPOSTA COMENTADA:

É comum os intérpretes das obras de Agostinho apontarem o tema do desejo de conhecer Deus e a alma como o tema base de toda a sua investigação teológico-filosófica, e é precisamente a partir desse desejo que o bispo de Hipona irá descrever o caminho de encontro com a verdade. Inicialmente, o doutor da graça buscou essa verdade em movimentos intelectuais como o maniqueísmo e ceticismo, mas, depois, ele afirmou que a verdade só pode ser encontrada em Deus, que é a própria verdade. Nesse caso, a busca pela verdade se confunde com a busca de Deus, e vice-versa, pois Deus é a verdade: ela faz parte da essência constitutiva de Deus.

A busca da verdade pela alma humana se dá porque a verdade (Deus) habita no interior do homem. Porém, sendo concomitantemente finito e mutável, o homem tem a necessidade de transcender tal realidade finita para encontrar essa verdade. Por isso, essa busca se caracteriza por ser, por um lado, uma busca de caráter

interior ao próprio homem, enquanto presença interna; e, por outro lado, é exterior a ele, enquanto essência transcendente.

Esse caráter interior se evidencia mais nitidamente quando reconhecemos que, para Agostinho, a realidade de Deus no homem está contida na alma, e lbe é mais íntima do que a própria alma. Assim, para o homem encontrar a verdade bastava ele voltar-se para si mesmo, para dentro de si.

Para Agostinho, essa possibilidade de busca só é possível porque a alma já possui a imagem de Deus, dada a ela no momento que passou a existir. Por já possuir esses ‘resquícios’ da divindade, Deus não só convoca e chama a alma para que ela o conheça, como também já imprimiu nela a potencialidade de buscá-lo. Sendo assim,

- (a) é falso porque, apesar da busca de Deus se voltar para a interioridade do homem, ela não é apenas de modo metafórico, mas é uma busca real;

- (b) é falso porque, apesar da condição de pecador e do consequente distanciamento do Criador, é possível alcançar a Deus, a verdade;

- (c) é falso porque o problema filosófico aqui envolvido não consiste em buscar o Criador a partir das coisas exteriores, do céu e da terra, mas sim buscá-lo a partir de nosso interior;

- (d) é falso porque, apesar da aproximação ao Criador implicar busca, essa busca não deve ser feita em lugares onde sua manifestação é mais palpável e perceptível, mas sim na alma, onde encontramos a presença íntima de Deus;

- (e) é verdadeira porque a busca de Deus, que é a busca pela verdade consiste em o homem voltar-se para si mesmo, atendendo ao clamor divino e movimentando-se por procurá-lo.

Questão 23 (Enade/2011)

Até agora se supôs que todo o nosso conhecimento tinha que se regular pelos objetos; porém, com esta hipótese, fracassaram todas as tentativas de se estabelecer, mediante conceitos, algum juízo *a priori* sobre os objetos, o que teria ampliado nosso conhecimento. Tentemos ver, pois, se não teremos mais sucesso com os problemas da metafísica,

supondo que os objetos devam regular-se pelo nosso conhecimento, o que já concorda melhor com a requerida possibilidade de um conhecimento *a priori* dos objetos, que deva estabelecer algo sobre os mesmos antes que nos sejam dados. O mesmo ocorreu com a primeira ideia de Copérnico, o qual, percebendo que não conseguiria explicar os movimentos do céu, admitindo-se que todo o exército de astros girava em torno do expectador, julgou que obteria mais sucesso se fizesse o próprio espectador mover-se em torno dos astros, deixando estes em paz.

(Prefácio à 2ª edição **Crítica da Razão Pura**, B XVI-XVII).

Nessa famosa passagem, Kant apresenta sua proposta de uma “revolução copernicana” na Metafísica, a qual será elaborada e demonstrada ao longo do Tratado. Nesse contexto, analise as afirmações que se seguem.

I. Kant vai mostrar que a experiência é constituída inteiramente pela Razão.

II. Kant pretende mostrar que, embora todo nosso conhecimento *comece com* a experiência, nem todo ele se *origina* dela, pois, embora a matéria do fenômeno seja empírica, a sua forma é *a priori* dada e organizada objetivamente pela mente, por meio de elementos puros *a priori* da Sensibilidade e do Entendimento.

III. Kant irá mostrar que, embora a forma dos fenômenos seja dada empiricamente, todos os fenômenos estão regrados *a priori* pelas Categorias puras *a priori* do Entendimento.

IV. Kant vai mostrar que Espaço e Tempo não são propriedades ou relações das coisas em si mesmas, mas são apenas formas puras *a priori* do Entendimento.

V. Segundo Kant, há na Sensibilidade um conjunto de Categorias puras *a priori*, que fornecem princípios sintéticos

a priori, os quais estruturam objetivamente todos os fenômenos espaço-temporais.

É correto apenas o que se afirma em

- a) II.**
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) IV e V.
- e) I, IV e V.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (a), pois com a chamada “virada copernicana” Kant passou a supor que o objeto deve girar em torno do sujeito e não o contrário, como era tradicionalmente feito. Com isso ele assumiu que o conhecimento humano tem duas fontes principais, os sentidos e o intelecto. Mediante os sentidos os objetos são “dados” ao sujeito e mediante o intelecto eles são pensados.

O conhecimento sensível, no qual estão presentes as sensações, é chamado de “intuição empírica” e a forma da Sensibilidade é chamada de “intuição pura”. Estas, são apenas duas: espaço e tempo. Já a segunda fonte do conhecimento humano, o intelecto, tem como elementos característicos não as intuições, mas os “conceitos puros”. Kant a considera como a faculdade de julgar, isto é, de unificar e sintetizar o que é dado nas intuições. E os modos como o intelecto unifica o conteúdo múltiplo que é dado nas intuições são os conceitos puros ou categorias do Entendimento.

Por conseguinte:

- o que (b) afirma não é correto, pois (I) e (III) são asserções falsas. A experiência não é constituída inteiramente pela razão, o seu conteúdo é dado pelos sentidos, e a forma dos fenômenos não é algo dado empiricamente;*
- o que (c) afirma não é correto, pois, embora (II) seja uma asserção verdadeira, (III) é uma asserção falsa, como já apontamos acima;*

- o que (d) afirma não é correto, pois (IV) e (V) são asserções falsas. Espaço e tempo não são formas puras a priori do Entendimento, como afirma (IV), mas sim da Sensibilidade, e as categorias puras a priori não pertencem à Sensibilidade, como afirma (V), mas ao Entendimento;

- e o que (c) afirma não é correto porque, como foi mostrado na consideração das opções (b) e (d), as asserções (I), (IV) e (V) são todas falsas.

Questão 24 (Enade/2011)

Parmênides e Heráclito estabeleceram um campo de batalha que alimentou séculos de guerra filosófica. Muito do mais vigoroso filosofar de Platão foi dedicado à tarefa de reconciliar, ou desarmar, esses dois campeões. Um de seus personagens nos diz que o verdadeiro filósofo deve recusar-se a aceitar seja a doutrina de que toda a realidade é imutável, seja a doutrina de que a realidade está mudando em toda parte. Como uma criança que quer não apenas o bolo mas comê-lo [o verdadeiro filósofo] teria de afirmar que o Ser, a soma de tudo, é os dois ao mesmo tempo - tudo o que é imutável e tudo que está em mudança.

(KENNY, A. **Uma nova história da filosofia ocidental.**

Tradução de Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo: Loyola, 2008, p.243, v.1)

Tendo como referência esse texto, analise as asserções a seguir.

Ao estabelecerem esse campo de batalha, afirmando ou negando o imobilismo universal, Parmênides e Heráclito inauguraram questões fundamentais do pensamento cosmo-ontológico

PORQUE,

na sua perspectiva, respectivamente, ou aceita-se a realidade fenomênica como um dado verdadeiro ou deve-se abrir mão da razão e dissociá-la dos sentidos e das crenças.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.**
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

RESPOSTA COMENTADA:

A polêmica entre Heráclito e Parmênides é clássica na história do pensamento filosófico e pode ser definida pela questão de saber qual é o estatuto ontológico do Ser ou daquilo que, de fato, é.

Para Parmênides, o Ser é único, infinito, imóvel e imutável; é a realidade verdadeira, sempre idêntica a si mesma. A ideia que subjaz a essa concepção é a de um monismo ontológico, ou seja, a de que existe uma realidade única onde “tudo permanece”. Sendo imutável, os conceitos de mudança e movimento estão excluídos dessa única e imutável realidade, pois “o Ser é e não pode não ser, e o não-ser não é e não pode ser”. Isso implica dizer que a aparência sensível do mundo, a assim chamada “realidade” dos fenômenos, não existe. Toda mudança que ocorre no âmbito fenomênico é pura aparência, mera ilusão, pois, nada do que é mutável é verdadeiro.

Por outro lado, temos Heráclito, pra quem a realidade é constituída por um dinamismo do movimento. Ela é um constante devir. Do seu ponto de vista, a realidade é governada por um

movimento incessante, no qual nada permanece: “tudo flui”. É dele a famosa frase: “Ninguém pode se banhar duas vezes no mesmo rio, porque o rio não é mais o mesmo e nós também não somos mais os mesmos”. De fato, esta frase resume bem a ideia do devir: quando entramos no rio nós o modificamos, e a água do rio nos modifica.

Sendo assim,

- a primeira asserção é verdadeira, porque de fato Heráclito e Parmênides inauguraram questões fundamentais do pensamento cosmo-ontológico; mas

- a segunda asserção é falsa porque, considerando o termo "respectivamente", quem aceita a realidade fenomênica como verdadeira é Heráclito e não Parmênides.

Daí, a resposta certa é a letra (c).

Questão 25 (Enade/2011)

Serei de tal modo dependente do corpo e dos sentidos que não possa existir sem eles? Mas eu me persuadi de que nada existia no mundo, que não havia nenhum céu, nenhuma terra, espíritos alguns, nem corpos alguns: não me persuadi também, portanto, de que eu não existia? Certamente não, eu existia, sem dúvida, se é que eu me persuadi, ou, apenas, pensei alguma coisa. Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda a sua indústria em enganar-me sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.

(DESCARTES, R. **Meditações**. In: Descartes. Trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 73-142. (Os Pensadores)).

Com base na passagem acima, em que Descartes afirma a existência do pensamento, analise as afirmações abaixo.

- I. Trata-se, nessa passagem, do *cogito* como verdade eterna.
- II. Trata-se, nessa passagem, do *cogito* como verdade temporal.
- III. Trata-se, nessa passagem, do *cogito* afirmado da negação do Deus enganador.
- IV. Trata-se, nessa passagem, do *cogito* como primeira certeza do sistema cartesiano.
- V. Trata-se, nessa passagem, do *cogito* afirmado da negação da existência do mundo, do céu, da terra e de todos os espíritos.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.**
- d) II e V.
- e) III e V.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (c), pois somente as asserções (II) e (IV) são verdadeiras. Haja vista que o trecho da Meditação Segunda, apresentado na questão acima, trata da natureza do cogito humano, como verdade temporal, que evidencia-se no pensar. E, igualmente, trata do cogito como certeza primeira, que é o fundamento do sistema cartesiano. É ele, o cogito, a verdade indubitável, que emerge inabalável da ação demolidora da dúvida metódica. Pois, diante deste método inovador o mundo, os objetos dos sentidos e da razão e, até

mesmo Deus, foram incapazes de ser considerados verdades inegáveis. Somente quando a dúvida volta-se para o próprio eu é que, no pensamento, surge a verdade que resiste a toda e qualquer dúvida.

No pensamento, sede das ideias inatas, portanto, encontra-se a base de todo o sistema cartesiano, inclusive sua justificativa da existência das verdades eternas, criadas por Deus, e a base que permite considerar Deus como aquele que garante a objetividade das ideias e da existência do mundo.

Por conseguinte:

- o que (a) afirma não é correto, uma vez que (I) e (III) são asserções falsas. O texto citado não fala do cogito nem como verdade eterna, nem como negação do Deus enganador;
- o que (b) afirma não é correto, pois, apesar da asserção (IV) ser verdadeira, a asserção (I) é falsa;
- o que (d) afirma não é correto, pois, apesar da asserção (II) ser verdadeira, a asserção (V) é falsa. O texto citado também não está afirmando o cogito como negação da existência do mundo.
- e o que (e) afirma não é correto porque (III) e (V) são asserções falsas.

Questão 26 (Enade/2011)

A estratégia seguida por Kant, no tratamento das questões estéticas, não visa propor uma filosofia do belo ou uma teoria das belas artes, nem fornecer uma descrição das obras de arte e das suas qualidades estéticas. O que ele faz é verdadeiramente o que se poderia chamar uma abordagem fenomenológica, dada sob a forma de uma análise da experiência estética do juízo estético ou juízo de gosto — no intuito de captar, interpretar e compreender o que nela está envolvido. Esse tipo de abordagem é o que Kant designa por crítica e, por isso, a meditação kantiana sobre os problemas estéticos dá-se como uma crítica do juízo estético ou crítica do gosto. O que é que acontece ou está em causa quando dizemos (ou pensamos para nós

próprios), a propósito, por exemplo, de uma flor que encontramos na natureza ou num jardim, que ela é bela?

(SANTOS, L. R. **A concepção Kantiana da experiência estética**: novidades, tensões e equilíbrios. Trans/Form/Ação, Marília, v. 33, n. 2, 2010).

Sobre os juízos de gosto acerca do belo em Kant, é correto afirmar que

- a) a satisfação presente nos juízos sobre o agradável e bom está sintonizada com o belo, uma vez que se trata de juízos desinteressados e livres.
- b) é fundamental, se quisermos saber se algo é belo ou não, que consideremos as características relativas do objeto que originou a experiência estética.
- c) os juízos de natureza moral, a exemplo da recriminação aos prédios que são feitos para impressionar, são determinantes para que o juízo de gosto seja possível.
- d) o juízo de gosto não é um juízo de conhecimento e, portanto, não é lógico mas estético, e o fundamento de representação é subjetivo.**
- e) faz-se necessário, para que alguém exerça o papel de juiz em matéria de gosto.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (d) porque asseve, verdadeiramente, que o juízo de gosto é um juízo estético e não um juízo lógico ou de conhecimento. De fato, o juízo de gosto surge exatamente quando a imagem do objeto referida ao sentimento de prazer é comparada e avaliada por ele. Tal juízo visa somente o belo e o prazer. Por isso, ele é um juízo subjetivo, desprovido de universalidade. O que significa que belo é aquilo que agrada ao juízo de gosto, não o que é declarado por um especialista.

Por conseguinte:

- o que (a) afirma não é correto porque para Kant belo é o que agrada ao juízo de gosto e não uma propriedade das coisas para que a satisfação presente no juízo possa está sintonizada com ele;
- o que (b) afirma não é correto porque não é possível sabe se algo é belo em si, uma vez que o belo é fruto do juízo (subjetivo) de gosto;
- o que (c) afirma não é correto porque o que é determinante para que o juízo de gosto aconteça é o sentimento de prazer e não juízos de natureza moral;
- e o que (e) afirma não é correto porque o juízo estético se funda na universalidade das condições subjetivas, no jogo livre e harmonioso das faculdades espirituais que o objeto produz no sujeito. Ele é o efeito desse jogo livre das faculdades cognitivas. Ele não se fundamenta na autoridade de alguém que exerça o papel de juiz sobre o que é belo e o que não é.

Questão 27 (Enade/2011)

A crítica comunitarista do liberalismo pode conduzir-nos à redescoberta de um modo de pensar que foi primeiramente desenvolvido há muito séculos, mas cujas potencialidades ainda não foram exploradas, porque, com Hobbes, refletir sobre o político foi assumir uma orientação dita científica, implicando a rejeição dos seus aspectos normativos e a predominância de uma concepção instrumental.

(MOUFFE, C. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 57).

Considerando o fragmento de texto acima, avalie as afirmações que se seguem com relação ao debate contemporâneo, no domínio da filosofia política, em torno do liberalismo e comunitarismo.

I. Liberais e comunitaristas buscam respostas ao problema do julgamento político e dos princípios que regem as práticas e as instituições políticas.

II. No âmbito da filosofia política, o debate contemporâneo sobre indivíduo e comunidade tem-se constituído por ideias divergentes diante dos posicionamentos dos filósofos liberais e comunitaristas.

III. A tradição liberal tem obtido força na sociedade contemporânea porque se tem mostrado homogênea. Os liberais, na linha de Kant, defendem que a política está desprovida de significação moral e que o Estado não é mais do que um instrumento destinado a assegurar a coexistência pacífica dos indivíduos em uma determinada sociedade contratualista.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.**
- e) I e III.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (d), pois as asserções (I) e (II) são verdadeiras. De fato, o comunitarismo é uma posição política, surgida na década de 1980, que se opõe a vários aspectos do liberalismo. As duas tendências não são totalmente contrárias, mas os comunitaristas focam seus interesses nas comunidades e na sociedade, enquanto que o liberalismo concentra sua atenção no indivíduo.

A posição dos comunitaristas é que a base de todas as soluções para um mundo melhor está nas comunidades e a posição dos liberais sustenta que a solução dos problemas está na livre concorrência e que o papel do Estado é apenas garantir as liberdades individuais. Os problemas a serem superados e o desenvolvimento, sustentam os defensores do liberalismo, brotarão naturalmente da livre competição entre os indivíduos.

Por conseguinte:

*-o que (a) e (b) afirmam não é correto, uma vez que as asserções (I) e (II) são ambas verdadeiras e não apenas uma delas isoladamente;
- e o que(c) e (e) afirmam não é correto porque a asserção (III) é falsa.
A tradição liberal não é homogênea e suas reivindicações de que a política é desprovida de significação moral alinham-se à posição de Hobbes, não de Kant.*

Questão 28 (Enade/2011)

A forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

(MARX, K. **O Capital**, Trad. Barbosa, Regis e Kothe, Flávio, São Paulo, Abril Cultural, 1983, Livro I, Vol. 1, p. 71).

Considerando o texto apresentado e a abordagem de Marx acerca da relação de trabalho, avalie as afirmações que se seguem.

I. A religião é um poderoso instrumento de análise e denúncia da escravidão e exploração nas relações de trabalho e tem um significativo papel para explicar os verdadeiros conteúdos existenciais do ser humano.

II. No modo de produção capitalista, o trabalho adquire uma dimensão abstrata, que leva ao falseamento da sua verdadeira dimensão, e à fetichização da mercadoria, que oculta as dimensões sociais do trabalho.

III. Marx, com sua investigação sobre a relação mercadoria e trabalho, sinaliza que, na forma de produção estabelecida pelo capitalismo, o homem perde seu valor como ser humano e passa a ter valor apenas por aquilo que consegue produzir.

IV. O texto leva ao entendimento de que a mercadoria determina as novas relações sociais, com isso, seres humanos também se tornam mercadorias alienadas, com valores predeterminados e preestabelecidos, que serão julgados pelo seu poder financeiro ou pela sua força de trabalho.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.**

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (e), pois as afirmações (II), (III) e (IV) são verdadeiras e apenas a afirmação (I) é falsa. De fato, segundo Marx, a religião é um produto do sistema que explora e desumaniza o trabalhador. Ela é um suspiro de consolo destinado a desaparecer quando a sociedade implantar o comunismo e eliminar o controle privado dos meios de produção. Pois, é o controle privado dos meios que é responsável pelo modo de produção e que transforma drasticamente a significação do trabalho e da mercadoria. Como não possui meios de produção, quase sempre, o trabalhador vende sua força de trabalho e, praticamente, se torna uma mercadoria a mais nas

mãos do patrão. Uma mercadoria que produz mais mercadorias. Por isso, ele vale pelo que produz;

É esse fetichismo da mercadoria que faz com as relações sociais envolvidas na produção sejam percebidas como meras relações econômicas entre o dinheiro e os bens de consumo no mercado, não como relações humanas. A eliminação do controle privado dos meios de produção, contudo, porá um fim em tudo isso.

Por conseguinte:

- O que (a), (c) e (d) afirmam não é correto, pois, (I) é uma asserção falsa. A religião, para Marx não é um instrumento de denúncia da exploração, nem tem o papel de oferecer uma verdadeira explicação da existência humana;

- e o que (b) afirma não é correto porque, além das asserções (II) e (III), a asserção (IV) também é verdadeira.

Questão 29 (Enade/2011)

Wittgenstein emprega a estratégia de interpelar as formas de vida através de situações regionais teoricamente organizadas: os jogos de linguagem. A descrição gramatical dos usos incide, *exclusivamente*, sobre aspectos das formas de vida em que diferentes práticas estão envolvidas com a linguagem; a linguagem é uma *parte* apenas, mas determinante dessas situações teoricamente organizadas.

(MORENO, A. R. W. **Através das Imagens**. 2 edição. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1995, p. 112).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre Wittgenstein, avalie as afirmações que se seguem acerca da linguagem em Wittgenstein.

I. Procede a substituição de formas a priori por formas de vida convencionais e instáveis.

II. Mantém a dimensão transcendental kantiana como possibilidade de fundamentação da significação.

III. Assegura a explicação da semântica com base no uso da linguagem na variabilidade das formas de vida.

IV. Consubstancia a perenidade da semântica, em seu caráter ontológico, com base na pragmática.

É correto apenas o que se afirma em

a) I.

b) II.

c) I e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta certa é (c), pois apenas as asserções (I) e (III) são verdadeiras. Wittgenstein adere à noção de “formas de vida” nas Investigações Filosóficas. Nesta obra, ele considera a linguagem como uma prática regrada, não por leis da natureza ou pela razão, mas por convenções estabelecidas no uso. É o uso que cria o sentido e justifica a semântica, pois o sentido das palavras se constitui no jogo do seu emprego cotidiano. Aprender o que significa uma palavra é aprender como ela é usada no jogo da linguagem e não apelar para regras semânticas perenes.

Desse modo, Wittgenstein se opõe abertamente à tradição kantiana e sustenta que a linguagem se constitui de jogos de linguagens fundamentados nos usos, que são partes das diversas formas de vida, não nas condições de possibilidades transcendentais a priori.

Por conseguinte:

- o que (a) afirma não é correto, pois, apesar da asserção (I) ser verdadeira, a asserção (III) é verdadeira também;*
- o que (b) afirma não é correto porque (II) é uma asserção falsa;*
- o que (d) afirma não é correto porque as asserções (II) e (IV) são falsas;*

- e o que (e) afirma não é correto porque (III) é uma asserção verdadeira, mas (IV) não é.

Questão 30 (Enade/2011)

Com efeito, relativamente à natureza, a experiência dá-nos a regra e é a fonte da verdade; no que toca às leis morais, a experiência é (infelizmente!) a madre da aparência e é altamente reprovável extrair as leis acerca do que devo fazer daquilo que se faz ou querer reduzi-las ao que é feito.

(KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 3ª edição. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 312).

Tendo como referência esse texto, analise as asserções a seguir.

Se a razão teórica não deve ultrapassar os limites da experiência, a razão prática, por sua vez, deve livrar-se de qualquer objeto empírico e autonomamente ser princípio de determinação da vontade

PORQUE,

caso se prendesse ao empírico, não haveria, segundo Kant, condições de justificar o princípio supremo da moralidade, com as características que lhe são inerentes, como objetividade, universalidade e formalidade.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta certa é (a) porque as duas proposições apresentadas, sobre o pensamento de Kant na Crítica da Razão Pura e na Crítica da Razão Prática, são verdadeiras e a segunda justifica corretamente a primeira. Segundo Kant, no campo epistêmico a experiência é mesmo a fonte e o limite do conhecimento, se a razão vai além das possibilidades da experiência tudo que consegue é fazer um uso vazio, sem conteúdo, das categorias a priori.

Já no campo da moral, a experiência é incapaz de conduzir o ser humano a bom termo, pois ela é particular, isto é, ela é totalmente desprovida da universalidade própria da vida moral. Por isso, a razão prática deve ser criticada e a razão pura deve guiar o agir moral, uma vez que somente a razão pura dispõe da universalidade capaz de tornar a ação moralmente válida.

Por conseguinte:

- o que (b) afirma não é correto, pois a segunda proposição justifica adequadamente a primeira;
- e o que (c), (d) e (e) afirmam não é correto porque tanto a primeira quanto a segunda asserção são verdadeiras.

Questão 36 (Enade/2011)

Diz Tomás de Aquino na “Suma de Teologia” sobre a virtude:

A virtude implica a perfeição da potência. Por isso, segundo o livro I do “Céu”, a virtude de uma coisa se determina em relação com o ponto máximo que essa coisa

pode atingir. Ora, o ponto máximo que uma potência pode atingir tem que ser bom, pois todo mal importa defeito, donde dizer Dionísio que todo mal é enfermo. E por isso é necessário que a virtude de qualquer coisa seja defina em relação com o bem. Logo, a virtude humana, que é um hábito de ação, é um hábito bom e produtor de bem.

(AQUINO, T. **Suma de Teologia**, I^a-II^a, Q. 55, art. 3, resp., ed. Loyola, v. 4, p. 98).

Tendo em vista o texto Tomásiano sobre as virtudes, analise as asserções abaixo.

Agir virtuosamente, conforme o fim da virtude perfeita, é resultado do hábito bom praticado repetidas vezes

PORQUE

O hábito mau, ainda que praticado várias vezes, não implica perfeição.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta:

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa da primeira.**
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

RESPOSTA COMENTADA:

A virtude é um conceito central na ética tomista. Diretamente influenciado pela ética aristotélica, Tomás de Aquino classifica as virtudes como hábitos, ou seja, como uma maneira de ser. Concebida a partir de uma perspectiva teleológica, as virtudes têm um fim. O fim a ser alcançado por cada uma das virtudes é precisamente a perfeição da potência, o ato, ou seja, ponto pleno das respectivas virtudes. O caminho para que as virtudes alcancem seus fins é a prática dessa virtude. Isso, em termos tomistas, é chamado de hábito. Há bons e maus hábitos. Dado que as virtudes visam alcançar a perfeição e a perfeição tem sempre relação com o que é bom, nenhum hábito mau poderá gerar perfeição, ainda que várias vezes praticado. As virtudes só alcançarão a perfeição se forem definidas em relação ao bem. Sendo assim, todas as ações virtuosas são o resultado da prática de bons hábitos. Hábitos bons praticados muitas vezes.

Sendo assim, a resposta correta é a letra (b) porque ambas as proposições são verdadeiras mas independentes entre si, não havendo qualquer relação de justificção entre elas

- (a) é falsa porque a segunda não justifica a primeira, por serem independentes;
- (c) é falsa porque a segunda proposição também é verdadeira;
- (d) e (e) são falsas porque ambas as proposições são verdadeiras;

Questão 37 (Enade/2011)

A difusão da democracia grega criava a demanda que os sofistas pretendiam suprir em sua capacidade de educadores profissionais. O caminho para o sucesso político estava aberto a qualquer um, contanto que tivesse a capacidade e o treino para sobrepujar seus competidores. A necessidade primordial era dominar a arte de falar persuasivamente. Em função disso, argumentou-se que todo o ensino dos sofistas se resume na arte retórica.

(GUTHRIE, W. K. C. **Os sofistas**. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995, p. 24. (com adaptações)).

Considerando o texto sobre os sofistas, analise as informações abaixo.

I. A retórica sofista tinha um lugar de destaque na nascente democracia grega do século V a.C, posto que a palavra se torna um instrumento fundamental no mundo jurídico-político.

II. O papel do educador na Grécia clássica estava diretamente ligado ao desejo de competição pública, posto que os sofistas se interessam pela prática da erística (disputa).

III. O sucesso político dependia da habilidade na arte de falar, posto que os mais altos cargos públicos eram ocupados pelos que possuíam uma argumentação persuasiva.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.**
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

RESPOSTA COMENTADA:

O surgimento e desenvolvimento da democracia grega reivindicaram uma abertura para novos horizontes na vivência social. Uma delas foi exatamente a necessidade de cidadãos preparados para o exercício da vida pública. Tendo como base a modelo educacional da Paideia, os sofistas se apresentaram como mestres, como professores profissionais, e iniciaram um movimento de ensino que tinha como objetivo atender à demanda solicitada por esse novo contexto. Qualquer um dos cidadãos gregos poderia ocupar o espaço na vida pública. Para tal, bastava apenas demonstrar as capacidades e as habilidades requeridas. Dentre elas, a retórica e a oratória eram

primordiais no exercício da vida pública, especialmente na questão do convencimento e da persuasão.

Assim, somente o item (II) é falso porque, embora os sofistas se interessassem pela prática da disputa argumentativa, o papel do educador na Grécia clássica não estava diretamente ligado ao desejo de competição pública.

Resposta - letra (c).

Questão 38 (Enade/2011)

Quando dizemos que um objeto está conexo com outro, queremos apenas dizer que eles adquiriram uma conexão no nosso pensamento e fazem emergir a inferência, pela qual se tornam provas (*proofs*) da sua existência recíproca: conclusão esta um tanto extraordinária, mas que parece fundada em evidência suficiente. Nem a sua evidência será enfraquecida por qualquer hesitação geral do entendimento ou suspeição cética respeitante a toda a conclusão que é nova e extraordinária. Nenhuma conclusão pode ser mais agradáveis ao ceticismo do que aquelas que fazem descobertas a respeito da fraqueza e dos estreitos limites da razão e capacidade humanas.

(HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano.**

Porto: Edições 70, 1985, p.76).

O ceticismo de Hume revela a certeza de nossas faculdades racionais ao definir o processo de causalidade.

PORQUE

No hábito ou costume, reside o princípio psicológico que nos leva a esperar de determinada causa um efeito necessário.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.**
- e) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (d), pois a primeira asserção apresentada sobre o pensamento de Hume é falsa e a segunda é verdadeira. O que o ceticismo de Hume revela realmente são os limites radicais da nossa capacidade cognitiva ao definir o processo de causalidade e não o contrário como afirma a primeira asserção. A causalidade, sustenta ele, é um processo onde as conclusões se fundamentam na experiência. E a experiência, por sua vez, se fundamenta no hábito de constatar certa regularidade de contigüidade e sucessão entre dois fenômenos.

Tal processo psicológico permite inferir uma conexão entre os dois fenômenos, considerando um como a causa e o outro como o efeito. O costume ou hábito, então, gera em nós a crença que nos dá a impressão de estarmos diante de uma conexão necessária de causa e efeito. Mas o costume nada mais é que aquilo que procede de uma repetição, automaticamente, sem precisar de um novo raciocínio ou inferência, fazendo assim emergir as crenças humanas.

Por conseguinte:

- o que (a), (b), (c) e (e) afirmam não é correto, uma vez que (a) e (b) consideram as duas asserções verdadeiras, (c) inverte os valores de verdade e (e) considera as duas como falsidades.

Questão 39 (Enade/2011)

Da proposição de que todo o pensamento é um signo segue-se que todo pensamento, como signo que é, deve dirigir-se a outro, determinar outro pensamento. O que constitui uma versão do conhecido axioma, segundo o qual, na intuição, isto é, no presente imediato, não há pensamento, ou ainda que o refletido tem passado. *Hinc loquor inde est*. Qualquer pensamento requer o ter havido outro pensamento, da mesma forma que o momento passado requer uma série infinita de momentos.

(PEIRCE, C. **Escritos publicados**. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983).

Na passagem acima, Peirce trata da relação entre signo e pensamento, da qual se depreende que

- a) os fatos externos podem estar no pensamento independentemente dos signos.
- b) o único pensamento que pode conhecer-se é pensamento em signo.**
- c) um signo pode ser literalmente aquilo que significa.
- d) o absolutamente incognoscível pode ser concebido.
- e) o ser humano tem o poder de pensar sem usar signos.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta correta é (b), pois de acordo com Peirce nós não temos o poder de pensar sem signos e o único pensamento que pode conhecer-se é o pensamento em signos, pois a cognição é exatamente o fluxo de signos. O que não significa, claro, que todos os signos são signos de pensamentos, pois para ele alguns signos são signos de experiência. Tais são os casos em que o interpretante de um signo não é um pensamento, mas, por exemplo, uma ação ou sentimento. Haja

vista que um signo é aquilo que, de certo modo, representa algo para alguém, não necessariamente um pensamento.

Por conseguinte:

- o que (a) afirma não é correto porque não há pensamento sem signos;
- o que (c) afirma não é correto porque o signo é aquilo que, sob certos aspectos, representa algo para um representante;
- o que (d) não é correto porque propõe uma contradição, o que é incognoscível não pode ser conhecido;
- e o que (e) afirma não é correto porque o ser humano não tem o poder de pensar sem signos.

Questão 40 (Enade/2011)

Mas, analisando outro caso, quando um cidadão, não por suas crueldades ou outra qualquer intolerável violência, e sim pelo favor dos concidadãos, se torna príncipe de sua pátria – o que se pode chamar principado civil (e para chegar a isto não são necessários grandes méritos nem muita sorte, mas antes uma astúcia feliz), digo que se chega a esse principado ou pelo favor do povo ou pelo favor dos poderosos. É que em todas as cidades se encontram estas duas tendências diversas e isto nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo.

(MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. *In*: Maquiavel. Traduções de Livio Xavier. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores). p. 1-110).

Tendo como referência o texto acima, analise as asserções a seguir.

Rompendo com a tradição política que o antecedeu, Maquiavel não aceita a ideia da boa comunidade política constituída para o bem comum e a justiça,

PORQUE

a política nasce das lutas sociais e é obra da própria sociedade para dar a si mesma unidade e identidade.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.

d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.

e) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

RESPOSTA COMENTADA:

A resposta certa é (a), pois as duas asserções são verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira. Maquiavel foi, sem dúvida, um filósofo que secularizou a política e a separou do exercício da moral quando o ambiente ainda estava permeado da herança religiosa medieval.

Cético e realista, ele defendeu a constituição de um Estado forte, recomendando que o governante (o príncipe) buscasse o sucesso por todos os meios. Rejeitou de forma radical os sistemas utópicos e a ideia de um Estado voltado para o bem comum e a justiça, própria da tradição greco-cristã, procurando pensar a política de forma concreta, a partir das lutas e ganâncias do agir humano.

Por conseguinte:

- O que (b) afirma não é correto, pois a segunda asserção é sim uma justificativa correta da primeira;

- O que (c) afirma não é correto, pois a segunda asserção é verdadeira sim;

- e o que (d) e (e) afirmam não é correto, pois as duas proposições são verdadeiras, nenhuma é falsa.

BIBLIOGRAFIA

1. Relação das obras filosóficas citadas nas questões

AGOSTINHO. **Confissões**. 9. ed. Trad. de J. Oliveira Santos e Ambrósio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1988. ISBN 978-85-326-0060-8.

AQUINO, T. **Questões discutidas sobre a verdade**. *In*: Sto Tomás de Aquino/Dante Alighieri/John Duns Scot/William of Ockam. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores).

AQUINO, T. **Suma de Teologia**. São Paulo: Loyola, 2001. ISBN 85-15- 02314-8.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. de Pietro Nassatti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. ISBN 85-7232-430-5.

BERGSON, H. **A alma e o corpo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os pensadores).

DESCARTES, R. **Meditações**. 3. ed. Trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

GUTHRIE, W. K. C. **Os sofistas**. Trad. de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. Porto: Edições 70, 1985.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 3. ed. Trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. *In*: VERGEZ, A.; HUISMAN, D. **História dos filósofos ilustrada pelos textos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.

KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental**. 2. ed. Trad. de Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo: Edições Loyola, 2008. ISBN 978-85-15035267.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. 5. ed. Trad. de Livio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).

MARX, K. **O capital**. Trad. de Regis e Kothe, Flávio. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MORENO, A. R. W. **Através das imagens**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

MOUFFE, C. **O Regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

PEIRCE, C. **Escritos publicados**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores).

PEREIRA, Porchat Oswaldo. **Ciência e dialética em Aristóteles**. São Paulo: Editora Unesp, 2001 (Coleção Biblioteca em Filosofia). ISBN 85-7139-340-0.

SANTOS, L. R. A concepção Kantiana da experiência estética: novidades, tensões e equilíbrios. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 33, n. 2, 2010.

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo.** Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Trad. de Virgílio Ferreira *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1978.

VERGNIÈRES, S. **Ética e Política em Aristóteles:** Physis, Ethos, Nomos. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003. p. 301.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus.** 3. ed. Trad., apresentação e ensaio introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1993.

2. Bibliografia sugeridas para as resoluções das questões

2.1 Manuais de História da Filosofia

ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia.** 6. ed. Trad. de António Borges, Franco de Souza e Manuel Patrício. Lisboa: Editora Presença, 1999. ISBN 972-23-2505-1. (12 Volumes).

BOEHNER, P.; GILSON, E. **História da filosofia cristã:** desde as origens até Nicolau de Cusa. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1988.

CLARK, Gordon. **De Tales a Dewey:** uma história da filosofia. Trad. de Wadislau Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. ISBN 978-85-7622-420-4.

KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental.** 2. ed. Trad. de Carlos Alberto Bárbaro. São

Paulo: Edições Loyola, 2008. ISBN 978-85-15035267. (4 volumes)

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia:** dos pré-socráticos à Wittgenstein. São Paulo: Jorge Zahar, 2010. ISBN 8571104050.

REALE, G.; ANTISERI, D. **Historia da filosofia.** 2. ed. Trad. de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2008. ISBN 978-85-349-2431-3. (7 volumes).

RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental.** Trad. de Hugo Langone. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. (3 volumes)

2.1 Obras sugeridas

COSTA, M. R. N. **10 Lições sobre Agostinho.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012. ISBN 8532643221.

GILSON, E. **A filosofia na idade média.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein.** Trad. de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

GUTHRIE, W. K. C. **Os sofistas.** Trad. de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

PASCAL, G. **O pensamento de Kant.** Trad. de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2003.

PEREIRA, Porchat Oswaldo. **Ciência e dialética em Aristóteles**. São Paulo: Editora Unesp, 2001 (Coleção Biblioteca em Filosofia). ISBN 85-7139-340-0.

ROSAS, João Cardoso (org.). **Manual de filosofia política**. Coimbra: Almedina, 2008.

SILVA, F. L. **Descartes: a metafísica da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

COPI, I. **Introdução à lógica**. 3. ed. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

VERGNIÈRES, S. **Ética e Política em Aristóteles: Physis, Ethos, Nomos**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003. p. 301.

VIEILLARD-BARON, Jean. **Compreender Bergson**. Trad. de Mariana de Almeida Campos. Petrópolis: Vozes, 2007. ISBN 978-85-326-3525-9